

Andreia Galvão

Architect, Subdirector of the Institute for Managing the Architectural and Archaeological Heritage in Portugal since 2005. Author of different articles in art and architecture magazines, speaker in conferences and lectures on themes such as the History of Architecture, Heritage and Museum Management and Enhancement.

Contributos para um modelo sustentável de gestão e conservação do património arquitectónico

O património edificado é hoje assumido como um factor indispensável na construção e re-construção de identidades, e como um sector estratégico para o desenvolvimento das comunidades.

A complexificação das abordagens ao património, os crescentes riscos a que se encontra sujeito e a diminuição de recursos para a sua manutenção solicitam novas abordagens, metodologias e estratégias, que passam, por um lado, por uma visão mais abrangente e integrada deste universo com as outras realidades do território e, por outro, pela sua difusão alargada.

Cultural heritage is nowadays engaged as a key element in the construction and reconstruction of identity and as a strategic sector for community development.

The complexity of different approaches to heritage, the increased risks to which is subject and the reduction of resources for its maintenance requires new approaches, methodologies and strategies that provide, on the one hand, a more comprehensive and integrated vision comparable to other territorial situations, and, on the other end, its wide diffusion.

PATRIMÓNIO, TERRITÓRIO, CONHECIMENTO E SALVAGUARDA

O Património edificado é indissociável do seu suporte físico, territorial. Hoje já não é possível conceber abordagens sectoriais e fragmentadas de uma realidade tão complexa como a que constitui o património cultural edificado.

Torna-se assim importante, na perspectiva da gestão e da conservação do património, ter um ponto de partida em que o conhecimento seja tão completo quanto possível.

Reside hoje, sem dúvida, em grande parte, nos instrumentos de planeamento e gestão territorial a diferentes níveis – desde os níveis mais abrangentes como os Planos Regionais de Ordenamento do Território, aos mais circunscritos e detalhados, como os Planos de Pormenor de Salvaguarda de Zonas Históricas, a possibilidade de gerir de uma forma qualificada, planeada e clara, o futuro do património.

Os actos administrativos da classificação, se são indispensáveis para garantir a acção do Estado na regulação dos bens patrimoniais – na perspectiva da defesa do interesse público – claramente não são suficientes para garantir só por si, efectivamente, a salvaguarda do património.

Na realidade, a salvaguarda do património pressupõe, para além do seu conhecimento e do poder de relevar um interesse público sobre o interesse privado, serem criadas as condições para o seu uso efectivo, e para a possibilidade de esse uso ser sempre um uso actualizado, de acordo com as necessidades que a sociedade vai naturalmente impondo.

O património arquitectónico, pela natureza daquilo que lhe está subjacente, que é a arquitectura, é transformável, sempre o foi; o património arquitectónico sempre se foi adaptando e servindo a função utilitária para a qual foi concebido. Negar

ou ignorar esta qualidade pode ser, e tem realmente sido, em muitos casos, altamente gravoso para o património arquitectónico.

Temos variadíssimos casos em que o património só pôde realmente chegar até nós por, exactamente, lhe terem sido gradualmente introduzidas novas funcionalidades ao longo da sua vida; é certo que muitas vezes com alterações e descaracterizações, mas que também muitas das vezes vieram a fazer parte integrante da sua evolução histórica e arquitectónica. É claro que por detrás deste “layer” da necessidade da re-funcionalização permanente do património terá de estar sempre um outro “layer” que compete às instituições responsáveis pela gestão do património, pela sua regulação, o “layer” do conhecimento da realidade patrimonial em que se intervém, o conhecimento dos modelos e das metodologias, das linhas de orientação e dos critérios de intervenção.

O PATRIMÓNIO COMO RECURSO

A ideia do património como recurso é, hoje, um dos tópicos integrantes da teoria contemporânea sobre o património. Ela aparece claramente referida em todos os textos de referência das entidades internacionais com responsabilidades nesta área, mas, na verdade, não se trata de reduzir a produção cultural a uma visão exclusivamente economicista do seu funcionamento, não deixando no entanto de a considerar entre muitos outros aspectos relevantes.

O património, de qualquer modo, representa actualmente um meio eficaz de gerar riqueza de forma directa. Uma gestão racional dos recursos disponíveis, se bem que tendente à sua optimização, terá todavia de ter como limite os imperativos de conservação dos monumentos envolvidos, e ainda outras circunstâncias condicionantes (éticas, religiosas...), que deverão ser sempre determinantes

na sua utilização por outras entidades. São sem dúvida mais complexos os benefícios alcançados de forma indirecta, através da criação de actividades produtivas complementares. Este aspecto está intimamente relacionado com a possibilidade do estabelecimento da ligação do património ao território em que se inscreve, revalorizando elementos dispersos associáveis, que de outro modo passariam quase despercebidos. A ideia de rede, a definição de interacções dinâmicas entre vários pólos, é fundamental: visitas e circuitos integrados multiplicam o valor dos monumentos e a afectação de recursos produtivos, mas, mais do que isso, tornam mais eficaz e evidente a ligação do património arquitectónico ao território em que se inscreve, dando visibilidade a outros elementos dispersos (paisagens, ambientes, edifícios, património imaterial e difuso). Como diversos estudos têm vindo a demonstrar, o património propicia actualmente a criação de oportunidades de emprego. Ora, parece-me que além da importância deste facto, por si só, deve ser sobretudo assinalado que a influência das actividades económicas ligadas ao património propiciam, acima de tudo, a formação de um mercado de trabalho especializado e qualificado, condição e garantia, como se sabe, de qualquer processo de desenvolvimento local, regional ou nacional. A ligação a centros de investigação, a universidades e a outras instâncias de produção de conhecimento, académicas ou não, é, neste âmbito, crucial. A consideração do valor do património como recurso apresenta, enfim, uma dimensão social de efeitos de percepção mais lenta mas com implicações amplamente reconhecidas. A dinamização do património através de programas integrados de reabilitação de centros históricos, por exemplo, devolvem a conjuntos urbanos muito deprimidos pretextos para a sua própria valorização.

O impacto não se faz sentir apenas ao nível da reabilitação urbanística e material: as suas consequências têm uma inestimável consequência na coesão social e nos processos de identificação das pessoas com os espaços que habitam, levando-as a desenvolver laços comunitários mais fortes e a manter estratégias informais de conservação e de valorização dos quadros ambientais em que decorre o seu quotidiano.

A IMPORTÂNCIA DAS REDES

A sustentabilidade do património passa actualmente, em grande parte, pela sua integração em redes. Uma visão sistémica do património impõe que qualquer acção a pensar e a implementar sobre um determinado elemento, passará pela sua integração num conjunto que lhe confere um sentido.

A estruturação e a sustentabilidade de uma rede de suporte residem na diversidade e na complementaridade, quer se trate do cruzamento de tipos patrimoniais diferenciados, com valores e potencialidades distintos mas agrupáveis, quer se trate do cruzamento da criação cultural erudita com a criação popular, ou do cruzamento do passado monumental com as tradições artesanais, ou com as actividades económicas que caracterizam a formação de um determinado território e que continuam a marcar a sua organização e a sua dinâmica.

Também a interacção com o património difuso associado, e com os respectivos contextos envolventes, constitui uma vantagem para a sustentabilidade do património em rede.

A gestão em rede poderá vir a apresentar reconhecidos efeitos catalisadores nas economias locais e ser um contributo para uma correcção de assimetrias económicas e sociais com possíveis benefícios directos, como a atracção de novos públicos, a criação de emprego e uma maior

projectação, e benefícios indirectos (em especial o incremento e o fortalecimento de unidades empresariais locais, com destaque para as que se encontram no domínio das indústrias culturais).

A gestão do património em rede poderá também trazer um acréscimo de vantagens relativamente à salvaguarda e à valorização dos conjuntos patrimoniais:

- aumenta a fruição e a visibilidade pública, favorecendo a circulação e a diversidade de públicos, nacionais e estrangeiros;

- permite a distribuição de esforços de investimento cultural. Através da troca e do intercâmbio de acções e projectos (como por exemplo exposições ou outros produtos culturais, de divulgação e de conhecimento, nomeadamente a circulação de informação em diferentes suportes);

- viabiliza a agilização funcional e logística de gestão de conjuntos patrimoniais, facilitada pela criação de infra-estruturas comuns a todos eles, como os espaços de interpretação ou de acolhimento, ou a padronização de serviços, ou o tratamento de informação comum, remetendo informação e divulgação de uns para outros, ou a venda de ingressos comuns e temáticos em parcerias com outras entidades públicas e privadas dedicadas à produção cultural, turística e económica;

- enquadra a vertente de animação cultural nos conjuntos patrimoniais, através da disseminação de acções que viabilizam a realização regular de eventos de qualidade, profissionais ou amadoras, de carácter erudito ou de carácter popular, que levem, basicamente, os públicos a usufruir dos monumentos;

- aposta na formação de novos públicos para o património e na educação para o património, seja por meio de projectos de ligação com as escolas, universidades, museus, bibliotecas, ou com outros agentes locais e regionais, públicos ou privados;

- ganham maior enfoque as especificidades regionais do património.

A DIFUSÃO DO PATRIMÓNIO

Considerando que só se salvaguarda o que se conhece e aquilo que adquire significado afectivo para a comunidade, a vivência, a proximidade e a identificação com os lugares históricos poderão ser o garante da sua perpetuação.

Com a consciência da necessidade de consolidar os sentimentos de responsabilidade social partilhada, no que se refere à valorização do património arquitectónico, e perante o alargamento do próprio conceito de património, tende a adoptar-se uma óptica de gestão e política patrimoniais centradas, cada vez mais, na comunidade, por oposição ao anterior interesse quase exclusivo nos objectos patrimoniais.

Investe-se, por isso, cada vez mais, em estratégias de envolvimento e de aproximação da população com o património.

Com efeito, o século XX deu-nos esse novo olhar sobre o património - uma realidade viva que só adquire verdadeiro significado na sua relação com as pessoas e com as comunidades. Concordamos hoje que o Património é uma herança, mas uma herança social construída e que, como sujeitos, reconstruímos o nosso património de forma permanente e complexa, em interacção, dentro de um determinado marco histórico, social e cultural que classificamos como sociedade global.

A informação e as mensagens infinitas com que todos os dias somos confrontados confirmam a nossa realidade, a nossa identidade, o conhecimento que temos do património, o seu valor, o seu sentido, os seus modos de apreciação e de apropriação.

É neste contexto que a difusão do património assume um papel cada vez mais determinante e

deverá ter um âmbito de actuação cada vez mais amplo, mais transversal e mais integrado, vendendo-se perante novos desafios conceptuais decorrentes de novas problemáticas e abarcando novas realidades como o património natural e o turismo cultural.

Se entendermos a gestão do património cultural como o conjunto de actuações programadas com o objectivo de conseguir uma óptima conservação dos bens patrimoniais, e um uso destes bens adequado às exigências sociais contemporâneas, a difusão é um dos 3 pilares em que se sustenta a gestão do património e assume, actualmente, importância idêntica à investigação e à conservação. A difusão tem o duplo sentido de, por um lado, tornar o património acessível ao uso e à fruição da sociedade e, por outro de ser uma actividade de transferência de conhecimento.

O património pertence e é produto da sociedade, tanto na sua materialização original como na sua contextualização actual. Mas nem sempre a sociedade tem consciência do valor de pertença que possui nem do alcance do reconhecimento de tudo o que definimos como património. Assim, a missão da difusão é estabelecer o necessário vínculo entre o património e a sociedade, ou seja estabelecer um reconhecimento do património por parte da sociedade.

Este vínculo implica dotar a relação património/sociedade de acessibilidade física e intelectual e de sensibilizar relativamente aos conceitos de fragilidade, perdurabilidade e pertença subjacentes ao património. A difusão permite reduzir a complexidade a uma dimensão inteligível para o público.